

**Ao Banco Central do Brasil,  
Ref: CARTA DE APRESENTAÇÃO**

A **E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **56.030.613/0001-26**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre e exercício** findos em **31 de dezembro de 2024**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na IN BCB nº 236 de 17 de fevereiro de 2022.

**1.** Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

**3.** Por fim cumpre salientar que a alta administração da **E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

---

**Wagner S. de Moraes**  
Diretor

---

**Ignis Contábil Lda.**  
**Moises Gonçalves**  
Contador CRC- 1SP 213.033/O-8

**E. SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024**

## **E. SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2024**

### **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

**Balanço patrimonial**

**Demonstração do resultado**

**Demonstração do resultado abrangente**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstração dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**E. Siga Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **E. Siga Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **E. Siga Sociedade de Crédito Direto S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de maio (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 2, a Sociedade foi constituída em 28 de março de 2023 e teve autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 21 de maio de 2024 (data de início das atividades). Desta forma, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras comparativas com o período anterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração e da diretoria pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025.



**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 SP 013846/O-1

**Ismael Nicomélio dos Santos**  
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

**E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

CNPJ: 56.030.613/0001-26

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2024

Valores em R\$ Mil

<b>A T I V O</b>	<b>NE</b>	<b>31/12/24</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.517</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>3</b>	<b>3.508</b>
Aplicação interfinanceira de Liquidez		12
Títulos e valores mobiliários		3.496
<b>OUTROS ATIVOS</b>		<b>9</b>
Outros créditos - Diversos		9
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.517</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

**E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

CNPJ: 56.030.613/0001-26

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2024

Valores em R\$ Mil

<b>PASSIVO</b>	<b>NE</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>231</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>231</b>
Sociais e estatutárias	<b>4</b>	89
Fiscais e previdenciárias	<b>5</b>	128
Diversas		14
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.286</b>
Capital:	<b>6</b>	3.000
De Domiciliados no país		3.000
Reservas de lucros		286
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.517</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

**E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

CNPJ: 56.030.613/0001-26

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Valores em R\$ Mil

	<b>NE</b>	<b>21/05/2024 a 31/12/2024</b>
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>612</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	<b>7</b>	612
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>612</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(61)</b>
Outras despesas administrativas		(32)
Despesas tributárias		(29)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>551</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>551</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>12</b>	<b>(176)</b>
Provisão para imposto de renda		(126)
Provisão para contribuição Social		(50)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>375</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES</b>		<b>-</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES</b>		<b>375</b>
Nº de ações .....		<b>3.000.000</b>
Lucro por ação.....R\$		<b>0,13</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**CNPJ: 56.030.613/0001-26**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024    Valores em R\$ Mil

	<b>21/05/2024 a 31/12/2024</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>375</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>375</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

**E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

CNPJ: 56.030.613/0001-26

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

Valores em R\$ Mil

	Período de 21/05/24 a 31/12/24				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 21/05/24	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	3.000	-	-	-	3.000
Lucro do período	-	-	-	375	375
Destinações:	-	19	267	(375)	(89)
Dividendos propostos	-	-	-	(89)	(89)
Reserva Legal/Estatutária	-	19	-	(19)	-
Reserva especial de lucros	-	-	267	(267)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/24	3.000	19	267	-	3.286
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	3.000	19	267	-	3.286

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

**E.SIGA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

CNPJ: 56.030.613/0001-26

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)**

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024 Valores em R\$ Mil

**21/05/2024 a****31/12/2024**

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>375</b>
Provisão de impostos no resultado	176
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>551</b>
<b>Varição de Ativos e Obrigações</b>	<b>(3.539)</b>
Redução em instrumentos financeiros ativos	(3.496)
Redução de outros ativos	(5)
Aumento em outros passivos	16
Imposto de renda e contribuição social pagos	(54)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(2.988)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	
Recebimento pela integralização de capital	3.000
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>3.000</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12

**IGNIS CONTÁBIL LTDA.****MOISES GONÇALVES**

CRC 2SP014.630/O-5

Diretor

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. Contexto Operacional

A E. SIGA Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sociedade") fundada em 28 de março de 2023, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 21 de maio de 2024 (data do início das atividades), publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2024. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2024, as operações da Sociedade eram representadas substancialmente por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (veja nota explicativa nº 3) e seu funcionamento está disciplinado pela Resolução CMN nº 4.656 de 26 de abril de 2018.

A Sociedade tem por objeto social a prática de: (a) realização de operações de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios; (b) emissão de moedas eletrônicas. (c) prestação de serviços de análise de crédito de terceiros e de cobrança de crédito de terceiros; (d) atuação como representante de seguros na distribuição de seguros relacionados com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observada, neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); (e) emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e (f) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista exceto de instituições financeiras.

A Sociedade foi constituída sob o CNPJ 56.030.613/0001-26 e possui sede na BR 116, km 99, nº 8.171, no contorno leste na cidade de Curitiba – PR.

## 2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

### a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Em função do início das operações terem ocorrido somente em 2024, a Sociedade não possuía saldos em 2023 e por este motivo, estas demonstrações não apresentam saldos comparativos.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 26 de março de 2025.

### b. Descrição das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN em conjunto com as normas e resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") regulamentadas conforme o Plano de Contas das Instituições do Sistema Nacional ("COSIF") e diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Monetário Nacional até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**b.1 Apuração de resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regimento de competência, observando-se critérios "pro-rata" dia para aquelas de natureza financeira.

**b.2 Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente conforme determinado pelas regras contábeis.

**b.3 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa.

**b.4 Instrumentos financeiros**

**Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas no item (ii) e item (iii), e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

### **b.5 Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

Não há no momento ativos, passivos contingentes e obrigações legais em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

### **b.6 Demonstração do fluxo de caixa**

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com a Resolução do CMN nº 3.064/08, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 03).

### **b.7 Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo**

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo: são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **b.8 Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observado esse regramento, salienta-se que no período findo em 31 de dezembro de 2024 não houve resultados não recorrentes.

### **b.9 Impostos de renda, contribuição social, PIS e COFINS**

#### **i) Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 sobre as bases de apuração anual para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

#### **ii) Pis e Cofins**

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

### **b.10 Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, composto por:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Eventos que originam ajustes: são aqueles que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- ii. Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

**3 Instrumentos Financeiros**

Em 31 de dezembro de 2024 os instrumentos financeiros estão classificados como "Títulos para Negociação", conforme abaixo:

	<b>Vencimento</b>	<u><b>31/12/2024</b></u> <u><b>Valor de mercado</b></u>
<b>Circulante</b>		
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		
Debêntures	02/2026	12
<b>Títulos de Renda Fixa</b>		
Letras Financeiras do Tesouro	09/2025	3.496
<b>Total</b>		<u><u><b>3.508</b></u></u>

**4 Sociais e estatutárias**

Referem-se ao total de dividendos pagos durante o período de 2024:

	<u><b>31/12/2024</b></u>
<b>Dividendos e Bonificações a pagar</b>	
Dividendos a pagar	89
<b>Total</b>	<u><u><b>89</b></u></u>

**5 Fiscais e previdenciárias**

	<u><b>31/12/2024</b></u>
<b>Outros Passivos - Circulante</b>	
<b>Impostos e contribuições sobre o lucro</b>	
IRPJ do período	126
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	
Pis e COFINS a recolher	2
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	2
<b>Total</b>	<u><u><b>128</b></u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 6 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social de R\$ 3.000, está representado por 3.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

### b. Destinações do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:

- i) 5% para a reserva legal, até que essa atinja 20% do capital social;
- ii) pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
- iii) o saldo restante deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

## 7 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2024</u>
Letras Financeiras do Tesouro	612
<b>Total</b>	<b><u>612</u></b>

## 8 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

### a. Risco Operacional

Evento entendido como um incidente que resulta em perdas ou impactos decorrentes de erro, falha, deficiência ou inadequação de processos. A E. SIGA SCD divide em categorias de quase perda, perda efetiva, perda potencial e ganhos e as classifica em Fraudes internas; Fraudes externas; Demandas trabalhistas; Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviço; Danos a ativos físicos próprios ou de terceiros; Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; Falhas sistêmicas; e Falhas na execução.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação do risco é realizada pela Área de Riscos em conjunto com os gestores, a partir da classificação do risco, dos fatores de probabilidade de ocorrência, severidade/relevância e das consequências do impacto e são documentadas por meio da Matriz de Riscos e Controles cabendo a administração junto a Área de Riscos definirem critérios de tolerabilidade e esforços direcionados para prevenção e proteção.

**b. Risco de Crédito**

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras, deterioração da qualidade creditícia, reestruturação do instrumento financeiro, garantias insuficientes, risco País, custos de recuperação e concentração de crédito.

O processo de gestão de risco de crédito inclui estabelecimento de limites a exposição ao risco de crédito, adequação do ambiente tecnológico para monitoramento da admissão, acompanhamento, reestruturação e término das operações, classificação por níveis de riscos, controle de garantias e testes de estresse.

**c. Risco de Liquidez**

Incapacidade de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, afetando suas operações diárias e incorrendo em perdas significativas.

A E. SIGA SCD opera com capital próprio preservando o capital de terceiros reduzindo significativamente seu risco de liquidez. A Sociedade opera com o gerenciamento dos fluxos de caixa observando os limites operacionais, monitorando descasamento de taxas e prazos de suas operações e criando cenários (testes de estresse) para apurar possíveis exposições da sua capacidade de liquidez.

**9 Análise de sensibilidade**

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, art.35, a Sociedade realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de seus ativos financeiros, cujo objetivo é demonstrar possíveis impactos nos resultados da Sociedade para os cenários: a) Moderado - Simula os impactos com situação de retração em 20% comparado ao período anterior e b) Agressivo - Considera crescimento projetado baseado na melhor perspectiva de crescimento da Sociedade.

Instrumentos financeiros	Saldo		
	Contábil (a)	Moderado	Agressivo
Títulos e valores mobiliários	3.496	3.496	-

(a)O saldo atual contábil, é o montante registrado e considerado nessa demonstração financeira (data base 31/12/2024).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 21 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10 Gerenciamento de capital**

Para gerenciamento de capital, é seguido os requerimentos da Resolução CMN nº 4.606/17 e suas alterações. A Sociedade está enquadrada no Segmento S5 e utiliza metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5). Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apresentou um Patrimônio de Referência de (R\$ 3.000). Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17% dos ativos ponderados pelo risco. A Sociedade se encontra em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo.

**11 Contingências**

A Administração não tem conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais em face da Sociedade.

**12 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido**

Descrição	31/12/2024
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>551</b>
<b>Total base de cálculo do IRPJ e CSLL</b>	<b>551</b>
<b>Provisão para Imposto de Renda</b>	<b>(126)</b>
<b>Provisão para Contribuição Social</b>	<b>(50)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(176)</b>

**12 Outros assuntos**

A administração, após a avaliação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, entende que não haverá impactos nas suas respectivas demonstrações financeiras e não haverá necessidade de investimento em tecnologia/pessoal, considerando que a aplicação do caixa da Sociedade concentra-se basicamente em investimento direto em títulos de renda fixa Federais (LFTs). No que tange a Resolução sobre contabilidade de hedge não são aplicáveis à E.SIGA SCD bem como que suas inovações não trarão impactos na estrutura atual da Sociedade ou na prevista para os próximos 5 anos, ou seja, não ensejam a criação ou a implementação de quaisquer medidas adicionais.

**13 Eventos Subsequentes**

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2024 e a data de encerramento destas demonstrações.

**DIRETOR****IGNIS CONTÁBIL LTDA.**

MOISES GONÇALVES

CRC 2SP014.630/O-5